



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638644 - SP (2021/0001472-1)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : RAFAEL DE AZEVEDO  
**ADVOGADO** : RAFAEL DE AZEVEDO - SP436932  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : CAIO DIAS DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CAIO DIAS DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501780-83.2019.8.26.0114).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão e de 500 dias-multa, pelo cometimento do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta que a "versão do réu em audiência sobre o crivo do contraditório é inconteste, pois Caio nega o tráfico, alega que foi até o local pois sua namorada morava próximo ao local da abordagem policial, fato de ser usuário (ter em posse 3 porções de maconha), conforme depoimento dos milicianos, confirmam que com o mesmo nada de ilícito fora encontrado (depoimento do condutor)" (fl. 12).

Aduz que, "*a priori*, alguém seja condenado a cumprir a sua pena obrigatoriamente em regime inicialmente fechado, quando a reprimenda e os predicados do réu admitem regime mais brando, de mais a mais nem provas para a condenação haviam dos autos, assim sendo pela insuficiência probatória o correto a ser adotado e de acordo com o *in dubio pro reo*" (fl. 14).

Requer, liminarmente e no mérito, a desclassificação do tráfico de drogas para usuário. Subsidiariamente, que seja reformada a decisão para que considere o redutor máximo do tráfico privilegiado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente